

## A TRANSITIVIDADE NA RECONFIGURAÇÃO DA VOZ REFLEXIVA NA FALA GOIANA

*Déborah Magalhaes de Barros (UFG)<sup>1</sup> e Vânia Cristina Casseb-Galvão (UEG)<sup>2</sup>*

### ABSTRACT

This paper analyses the reconfiguration of the reflective voice in contemporary Portuguese spoken in Goiás (Brazil). The organization of transitivity is the main parameter of analysis. The reflexive voice is considered member of a constructional voice network, a multifactorial domain whose conceptual base is an abstract scheme influenced by transitivity and the clausal ordination. The reflexive voice reconfiguration is visible in the competition between prototypical uses, defined by the reflexive pronoun presence, and innovates uses without the pronominal mark.

**KEYWORDS:** Construction, reflexive voice, transitivity.

### RESUMO

Este artigo trata da reconfiguração da voz reflexiva no português contemporâneo falado em Goiás, tendo como principal parâmetro de análise a organização da transitividade. A voz reflexiva é concebida como uma construção esquemática e abstrata, e sua reconfiguração na fala goiana é visível na concorrência entre usos prototípicos, definidos pela presença do pronome reflexivo, e usos inovadores, elaborados sem a marca pronominal. O pressuposto é o de que a transitividade é uma dimensão linguístico-cognitiva que está na base da configuração oracional, e, por isso, influencia fortemente a definição e a codificação da voz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Construção, voz reflexiva, transitividade.

1 Universidade Federal de Goiás – Goiânia; [deborah\\_barros@hotmail.com](mailto:deborah_barros@hotmail.com)

2 Universidade Estadual de Goiás – Unidade Cora Coralina; [vaniacassebgalvao@gmail.com](mailto:vaniacassebgalvao@gmail.com)

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Este artigo trata da voz reflexiva como uma construção esquemática e abstrata, que integra o amplo domínio da voz média, que pode ser subdividido em média clítica, média não clítica, recíproca e reflexiva. Considera-se que cada uma dessas vozes constitui um nó na rede construcional da voz média e esta, por sua vez, integra a rede (geral) de voz, cujo domínio básico é a voz ativa.

Há várias classificações envolvendo os tipos de voz média e os limites entre eles são imprecisos, pois têm como pontos de interseção **sentidos próximos** (centralidade da ação no sujeito) e **estruturas idênticas** (verbo na forma da voz ativa, acrescido do pronome clítico, tradicionalmente denominado pronome reflexivo).

A voz média e a reflexiva, no entanto, são distintas, escalares e graduais, e se diferenciam por fatores semânticos, discursivos e pragmáticos. Os exemplos a seguir são respectivamente da voz média e da reflexiva:

(01) ... debilitada ... então assim ... hoje eu tô bem .... amnhã amanheço mal ... a última vez foi quando eu tiva as crise com a D. né .... eu **me apeguei** muito com ela... aí de repente. (FG, Inq. 2)

(02) ... aí eu **me ofereci** pra ir pra casa dela... já pensô... com quinze anos de idade **se oferecendo** pra ir pra casa de professor... mais eu falei a:... lembro coisas boas assim de professor mesmo que a:.... (FG, Inq. 8)

As construções em (01) e (02) apresentam o traço comum de que a ação descrita pelo verbo se realiza no sujeito. Elas se diferenciam porque em (05) o pronome clítico não é requerido pela estrutura argumental e em (06) ele é requerido e indica uma correferencialidade entre o objeto e o sujeito.

A reflexividade é uma noção semântica relativa à correferencialidade na determinação da agentividade e do afetamento, realizada linguisticamente no português, entre outros meios, pela configuração oracional na voz reflexiva, cuja forma prototípica, pressupõe uma estrutura biargumental em que o sujeito (Arg1) e o objeto (Arg2) referem-se à mesma entidade no mundo. Quando a casa do Arg2 é preenchida pelo pronome reflexivo, essa marca morfológica indica a correferencialidade entre objeto e sujeito e a simultaneidade dos papéis semânticos do agente e do paciente, ou seja, na estrutura oracional, o sujeito acumula simultaneamente as funções de agente e paciente, conforme exemplificado em (03):

(03) E na Copa do Mundo, você sabe, em 82 foi o Roberto. **O Careca se machucou** e veio o Roberto na última hora. O Emerson foi cortado no último momento (em 2002). Sempre acontece, sempre ocorre alguma coisa. (Séc. XX, PB, *Corpus do Português*)

Entretanto, em determinadas variedades faladas do português brasileiro, a casa do Arg2 nem sempre é preenchida pelo objeto pronominal, como se observa no trecho da fala goiana (FG), a seguir:

(04) aí **ele** feis de conta que saiu... bateu o pé... feis de conta que ia em/bora... **escondeu** atrais da... na privada lá... aí eu saí pô ponta de pé... ele foi pegô eu puxô po braço... aí foi a taca sadia (FG, Inq. 8)

O preenchimento da casa do Arg2 pelo pronome reflexivo caracteriza a codificação prototípica ou a elaboração da **voz reflexiva marcada**<sup>3</sup> (VRM), e, quando ela não é preenchida, ocorre a elaboração de uma **voz reflexiva não marcada** (VRNM), como em (04).

Barros (2011) analisou o uso do pronome clítico na FG nas situações em que, tradicionalmente, ele é requerido como marcador da voz média e da voz reflexiva. Os resultados constam da tabela a seguir:

Tipos de ocorrências	Uso	Percentual de uso
Com a marca pronominal	54	15,70%
Sem a marca pronominal	290	84,30%
Total	344	100%

Tabela 1: A configuração morfológica das orações em voz média e reflexiva recíproca (Fonte: BARROS, 2011)

Das 344 ocorrências em que era esperada a presença do pronome, ele ocorreu em 54, isto é, em 15,70%, ou seja, houve altíssima frequência do não uso da marca pronominal (84,3%), como exemplificado em (05) e (06):

(05) ah... era uma escola pequenininha... eu:: ... eu fiz amizade com uma menina lá... nossa até hoje **eu lembro**... aí naquela época era tipo::... a gente ia pra diretoria né quando a gente fazia arte... (FG, Inq. 17)

(06) ... não... eu tentei fazer um...mas aí eu falei ah não mexi com isso não... num tinha dinheiro... pra pagá... aí eu peguei e num fiz não... **eu** só arrependo de num ter feito o:: do estado lá pra perto de casa... (FG, Inq. 17)

Os verbos destacados em (05) e em (06) são, em termos de Kemmer (1993)<sup>4</sup>, semanticamente médios, ou seja, são produtivos para instanciar construções da voz média. Em (05), o verbo *lembrar* coopera na expressão da voz média de cognição, e nessa configuração formal, o clítico é anafórico ao sujeito.

Essa duplicidade na configuração da voz reflexiva sugere um processo de mudança, uma reconfiguração na rede construcional da voz no PB.

3 O termo “marcado” é concebido neste artigo na acepção morfológica, como marcação formal.

4 Kemmer (1993) propõe uma extensa relação de verbos considerados médios ou que podem se envolver na elaboração da voz média.

Barros (2011) atestou alta frequência de não uso da marca pronominal da reflexividade na variedade do PB falada no estado de Goiás. Esse resultado favoreceu a hipótese de que está havendo uma mudança no esquema construcional da voz reflexiva no PB atual. Por isso, a partir do pressuposto de que essa mudança implica alteração na conceptualização desse domínio sintático-semântico e altera a própria configuração da rede de voz, Barros (2016) realizou uma análise pancrônica da elaboração prototípica da voz reflexiva no português.

A análise diacrônica envolveu dados do latim ao português arcaico e moderno. Os dados revelaram um processo de regularização: nos séculos XVIII e XIX, houve a implementação e a estabilização da voz reflexiva através de estruturas de superfície que identificam o que Barros (2016) denominou de voz reflexiva prototípica ou voz reflexiva morfologicamente marcada (VRM). Nos dados diacrônicos, não houve ocorrência da voz reflexiva sem a marca pronominal, ainda que os verbos de análise tenham sido aqueles para os quais Barros (2011) atestou, na fala goiana contemporânea, alta frequência da configuração da voz reflexiva sem a marca pronominal (84,3%), o que indicia uma reconfiguração esquemática na fala goiana.

Partindo-se desses pressupostos, neste capítulo, fortemente inspiradas em Barros (2016), apresentamos uma análise da constituição inovadora da reflexividade na fala goiana, com base nas postulações da Gramática de construções, a partir de Goldberg (1995, 2006), Croft (2001), Martelotta (2011), Traugott e Trousdale (2013), Oliveira (2015), Barros (2016) etc, tendo com macro parâmetro de análise a organização da transitividade. O pressuposto é o de que a transitividade é uma dimensão linguístico-cognitiva, de base sintático-semântica, definida pragmaticamente, que está na base da configuração oracional, e, por isso, influencia fortemente a definição e a codificação da voz. Os dados de análise constam do *corpus* do projeto “O português contemporâneo falado em Goiás” (Fala goiana), sediado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, disponível em [www.gef.lettras.ufg.br/bancodedados](http://www.gef.lettras.ufg.br/bancodedados).

Para isso, feita a contextualização do objeto de análise, serão feitas breves considerações a respeito da voz reflexiva em termos gerais e na fala goiana, e a análise de dados é promovida a partir de reflexões que relacionam gramática das construções, transitividade e reflexividade. Nas considerações finais apresentamos uma justificativa de base funcional para a reconfiguração da expressão da voz reflexiva na fala goiana.

## 2. A VOZ REFLEXIVA

A voz é um fenômeno altamente abstrato que diz respeito ao tipo de relação semântica estabelecida entre o verbo e o sujeito na constituição oracional. Logo, a sua caracterização ultrapassa os limites da forma, visíveis na estrutura esquemática da sintaxe. À luz da Linguística funcional centrada no uso, pode-se dizer que a voz é um domínio multifatorial que reflete o tipo de relação do sujeito com o verbo, definida pela diátese verbal, a “maneira de ser do verbo”. Embora seja a diátese fundamental para a definição da voz, esta não é um fenômeno puramente verbal porque incide sobre toda a oração,

ou seja, atua de maneira integrada com outros esquemas construcionais da rede que organiza a oração, e o principal deles é a transitividade.

Tanto Benveniste (2005) quanto Camacho (2002) entendem que a voz não pode ser definida de modo categórico, uma vez que a sua caracterização, bem como o limite entre os seus tipos, é tênue. Nesse sentido, cada tipo específico de voz apresenta características centrais responsáveis pela sua definição, e outras, não centrais, gerais da categoria. A agentividade do sujeito é um traço compartilhado pelas vozes ativa e reflexiva. Por isso, os autores defendem que definição distintiva entre elas não pode ser categórica. Tais considerações também justificam uma visão da voz reflexiva no espectro da rede conceptual da transitividade, da diátese e da voz média, o que, por sua vez, ratifica a escolha pelo aparato teórico-descritivo da GC para o estudo da voz reflexiva e da mudança que ela vem sofrendo no PB.

Dependendo da diátese de um verbo, o sujeito poderá exercer as funções semânticas de agente (em uma voz ativa prototípica) ou de paciente (em uma voz passiva). Na ocorrência seguinte, um verbo prototípico para a expressão da voz ativa assume outra configuração:

(07) ... eu faço assim... mais agora duns tempo pra cá... as coisa tá tão difícil que falei assim... minha mãe mim deu consei... ó Sidinéia cê tem que dá... dá as coisa pro Leonardo quando CE pudé... pô seus fii quando cê pudé... que **cê fica se matano** pra dá as coisa pra eles... i::: eles tem que sabê... cê tem que tê um limite... (FG, Inq. 3)

Em (07), o verbo *matar* requisita valencialmente uma estrutura biargumental: um argumento com o papel semântico de agente e o outro de paciente, configurando a voz ativa. Entretanto, como sujeito e objeto são correferentes, a oração está na voz reflexiva.

A reflexividade resulta, então, da noção semântica de que a ação descrita pelo processo verbal se volta para o sujeito para se efetivar nele, ocasionando uma simultaneidade de papéis semânticos. Nesse sentido, de fato, como entendiam os gregos, a voz média e, por consequência, a reflexiva, são uma combinação da ativa e da passiva, pois nela há o sentido de atividade e também de passividade.

Segundo Camacho (2003), a principal característica da voz média diz respeito à impossibilidade de separação cognitiva entre duas entidades envolvidas no estado de coisas descrito pela predicação, ou seja, Arg1 e Arg2. Isso ocorre, sobretudo, nos verbos psicológicos/emocionais e, junto a eles, o pronome tem a função de indicar que a ação se limita ao sujeito, não desempenha função sintática. Na voz reflexiva, o pronome desempenha a função sintática objeto direto, no Arg 2 e, por isso, pode ser substituído por nomes, por exemplo, sem que haja nenhum prejuízo à estrutura lógica da sentença, cuja estrutura argumental é [ SN1 (Arg1) + V + SN2 (Arg2) ] (CAMACHO, 2003).

Uma construção é uma possibilidade abstrata para a organização linguística, convencionalizada e é sempre acessível aos usuários da língua, ou, nas palavras de Goldberg (1995, p. 3), “a construção de estrutura argumental é uma subclasse especial de construções que fornece os meios básicos de

expressão oracional em uma língua”. A possibilidade de organização Suj V Obj é, portanto, uma construção instanciada em padrões oracionais específicos como os seguintes:

(08) todo mundo ficô apavorado né... qu/eu fiquei muito ruim chorei demais... num sabia que/tinha contecido... as meninada tudo garrô gritá::... minha ficô pavoradinha... **que... machuquei** né? Nossa Senhora dor mais triste que tem... ai:: credo... (FG, Inq. 03)

(09) ... quando ele era pequininim ele passava mal... mais num ficava desmaiado sabe? e agora não... ele desmaia... tá andano assim... ele passa mal assim... desmaia... **machuca... corta**... é... que::le... sabe... e só eu pra ajudá minha mãe... que... fica do lado da minha mãe é só eu né? (FG, Inq. 03)

Para Givón (1984), uma oração na voz reflexiva reflete um esquema de transitividade prototípica, a saber: *agente* volicional, controlador, iniciador, ativo, responsável pelo evento; *paciente* inativo, não volicional, não controlador, afetado, que registra a mudança de estado; *verbo* compacto (não-durativo), limitado (não-demorado), real (não-hipotético), representando um evento que tem movimento completo e real. Assim, uma construção prototipicamente transitiva causa uma mudança física no objeto. Por essas características, e considerando que os verbos em (08) e (09) apresentam transitividade alta, o preenchimento da casa do Arg2 com o pronome clítico, efetiva a transitividade e a configuração da voz reflexiva.

Verbos como *machucar* e *cortar* apresentam uma moldura semântica de valência dois e, por isso, requerem a presença do Arg2 na estrutura argumental, que, sintaticamente, é representado pelo clítico, uma vez que, semanticamente, o agente e o afetado têm o mesmo referente. Porém, contrariando as considerações que definem o paradigma da VRM, o usuário goiano instancia construções de voz média e reflexiva sem a presença do clítico.

Nas ocorrências de uso do pronome (BARROS, 2011), chama a atenção o fato de que ele acontece predominantemente (75%) em predicados construídos a partir de verbos de acepção metafórica, abstratizada, como em (10):

(10) ... minha mãe mim deu consei... ó S. cê tem que dá... dá as coisa pro Leonardo quando cê pudé... pô seus fii quando cê pudé... que cê fica **se matano** pra dá as coisa pra eles... i:: eles tem que sabê... cê tem que tê um limite... (FG, Inq. 03)

Essa opção é sugestiva de que, cognitivamente, há alguma alteração na instanciação da construção de voz reflexiva, pois os pressupostos cognitivos licenciam a interpretação de que a moldura semântica reflete na moldura sintática, pois o componente cognitivo-conceptual está na gênese da ativação da linguagem (NEVES, 2010).

A rigor, o sentido básico do verbo confere o traço mais agentivo e animado, necessários para caracterizar um evento transitivo prototípico em voz reflexiva (GIVÓN, 1984; 1990), mas em (10), as ações descritas apresentam um certo afastamento do protótipo de reflexividade, pois elas acionam um *frame* em que estão envolvidas duas entidades, que não podem ser distintas: *S mata a si mesma*, Arg1 e Arg2 equivalem a uma mesma entidade referencial.

Portanto, a marcação pronominal pode ser favorecida pela acepção básica do verbo, cognitivamente armazenada pelo usuário, e cuja estrutura argumental prevê duas entidades envolvidas no processo, informação acionada também na acepção metafórica, que preserva a noção de movimento causado, ou seja, a semântica verbal é favorável à marcação do paciente afetado.

A possibilidade de distinção de entidades/participantes envolvidas na ação do verbo potencializa a necessidade da marca pronominal, principalmente em verbos cuja acepção básica é prototipicamente ativa, o que não é possível acontecer, por exemplo, em verbos de cognição e de emoção na voz média, porque neles não se distingue os participantes, conforme mostra o *continuum* proposto por Kemmer (1993, p. 73):

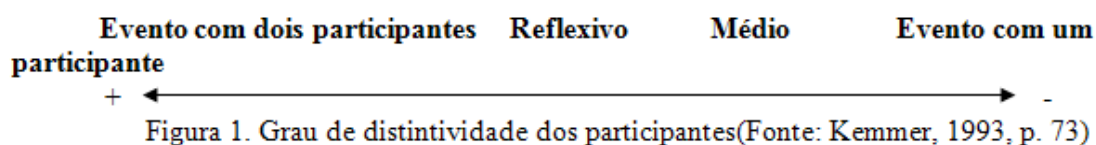


Figura 1. Grau de distintividade dos participantes (Fonte: Kemmer, 1993, p. 73)

Figura 1. Grau de distintividade dos participantes (Fonte: Kemmer, 1993, p. 73)

Considerando que, em Barros (2011), a voz média apresentou um alto índice de marcação pronominal, concluiu-se que isso está correlacionado ao fato de que, com os verbos que descrevem sentimento, emoção e atividades cognitivas em geral, especialmente quando os sujeitos estão em primeira pessoa, o pronome atribui peso informacional, intensificando a participação do sujeito no evento.

Enfim, conforme Barros (2011), na fala goiana, a realização da marca pronominal na voz reflexiva se mostrou especialmente favorecida em:

- i) construções cuja distinção entre os dois participantes é mais saliente; e,
- ii) orações de *frame* verbal com transitividade alta;
- iii) usos em que a predicação assume significação mais metafórica, mais abstrata.

Esses fatores, aliados à constatação da alta frequência da não marcação pronominal, sugerem uma possível mudança na perceptualização cognitiva dos eventos reflexivos na fala goiana, acompanhando o que vem ocorrendo em outras variedades do PB. A hipótese que orientou a análise dos dados é a de que a transitividade é um fator crucial para mostrar esse processo de mudança.

### 3. A CONSTRUÇÃO DA VOZ REFLEXIVA NA FALA GOIANA CONTEMPORÂNEA

Esta seção analisa a voz reflexiva a partir de dados dos *corpora* do FG com base na seleção dos 17 verbos mais prototípicos para a elaboração da voz reflexiva, e que nos dados de Barros (2011) apareceram predominantemente sem a marca pronominal. Para isso, foram selecionadas todas as ocorrências em que esses verbos instanciaram construções de voz reflexiva prototípica, nas quais a reflexividade estivesse morfologicamente marcada (VRM) ou não marcada (VRNM), conforme propõe Barros (2016).

A tabela seguinte apresenta o quantitativo de *tokens* de voz reflexiva em 18 diálogos do *corpus* do projeto Fala Goiana (FG):

Tipos de ocorrências	Uso	Percentual de uso
VRM - com o pronome	08	8,43%
VRNM - sem o pronome (Zero)	87	91,57%
Total	95	100%

Tabela 2: *Tokens* da voz reflexiva na Fala Goiana

Esses valores numéricos e percentuais ratificam os resultados de Barros (2011) e mostram uma forte tendência para a instanciação da VRNM. Alguns contextos parecem favorecer a marcação formal, ou melhor, arrisca-se a dizer que ela é realizada somente na descrição de eventos reflexivos nos quais nenhum outro componente da linguagem, exceto a presença do pronome, seria capaz de tornar a comunicação clara e eficiente.

Na busca por correlações, a investigação de Barros (2011) revelou o predomínio de marcação pronominal em primeira pessoa e junto a verbos que descreviam fatos emotivos ou em narrativas com forte apelo emotivo. No entanto, na investigação de Barros (2016), os construtos apareceram marcados de forma, razoavelmente, equitativa entre primeira e terceira pessoa. E, por outro lado, os não marcados também não se mostraram significativamente tendenciosos a nenhuma pessoa verbal. O fato de aparecer apenas uma ocorrência em 2ª pessoa pode estar correlacionado ao gênero textual: o *corpus* do projeto Fala Goiana é constituído por entrevistas semi-estruturadas e os sujeitos são instigados a relatos de experiências pessoais. Essa restrição do *corpus* explica, por exemplo, o fato de o verbo *mudar* apresentar um número alto de ocorrências em primeira pessoa. Todos os sujeitos relataram as vezes em que eles e/ou sua família se mudaram, ou seja, essa é uma tendência motivada pela narratividade do texto.

Não é tarefa simples precisar os motivos que de fato têm conduzido à não marcação pronominal na fala (e até na escrita) do goiano. Ainda assim, parece lógico e possível um caminho de mudança que reúna um conjunto relativamente automatizado de fatores (Tomasello, 2003). E, por isso, entendemos que o processo condutor à VRNM ou à VRM envolve uma série de fatores, de natureza sintático-semântica e pragmático-discursiva, os quais são cognitiva e contextualmente articulados. Por isso, propomos uma análise que atenta para a **transitividade** como o principal fator sintático-semântico de sustentação da reflexividade, e, conseqüentemente, de sua mudança, na medida em que, na constituição



da voz, os níveis sintático-semântico e pragmático-discursivo são acionados em interface (Barros, 2016), conforme necessidades funcionais e interativas.

#### 4. GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES, TRANSITIVIDADE E REFLEXIVIDADE

A Gramática de Construções (GC) está no abrigo das discussões linguísticas estabelecidas pela LFCU, que, por sua vez, se configura a partir dos princípios da Linguística Funcional e da Linguística Cognitiva e tem se solidificado como um quadro teórico-metodológico subsidiador de pesquisas linguísticas voltadas para os deslizamentos funcionais dos usos da língua.

Por isso, na análise aqui relatada, admite-se que a voz reflexiva é uma construção esquemática que pode ser reelaborada em outras subconstruções, resultando em diferentes organizações linguísticas da reflexividade<sup>5</sup>. Esta ideia está sustentada em Bybee (2010, 2015), Croft (2001), Goldberg (1995, 2006), Traugott (2008) e Traugott e Trousdale (2013), propostas que se completam e admitem a língua como uma rede de construções e a percepção das generalizações possíveis dentro dessa rede auxilia o entendimento da organização da língua e das mudanças que afetam as formas e os significados.

Goldberg (1995) reconhece que os padrões sentenciais básicos são construções e, nessa perspectiva, propõe a teoria do perfilamento, segundo a qual a transitividade é responsável pela organização de uma oração.

O princípio básico da Gramática de Construções reside na concepção de que a língua se organiza em construções que são configuradas pela reunião de elementos cognitivos e linguísticos em uso efetivo. Como explicam Furtado da Cunha *et al.* (2013, p. 14), “ todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são mobilizadas em tarefas não linguísticas”.

Esses autores esclarecem ainda que alguns dos pressupostos básicos da GC são: a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção rígida entre léxico e gramática, e a estreita relação entre a estrutura da língua e o uso que é feito dela em contextos reais de comunicação. Assim, uma construção é concebida e se propõe como instrumento de análise da língua a partir da integração desses pressupostos.

Qualquer elemento da língua, independente do seu tamanho, que se associe diretamente a algum sentido ou função pragmática é considerado uma construção, em uma definição simplificada, uma construção é um par de forma e de sentido. A respeito da relação entre a forma e o sentido, Lakoff (1987), em uma abordagem unicamente cognitiva<sup>6</sup>, pronunciou-se explicando que a forma é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica, e o sentido é um conjunto de condições de significado e uso.

5 A reflexividade é o domínio cognitivo e a voz reflexiva é o fenômeno gramatical relativo à sua expressão nas línguas.

6 Já em 1987, Lakoff pronunciava, a partir da visão cognitivista, que a língua se organizava em construções, entretanto nessa obra o enfoque sobre a língua não era ainda uma proposta de gramática de construções, como assim o fizeram Goldberg (1995) e Croft (2001).

Enfim, a definição clássica de construção, a partir de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), prevê que a unidade básica da língua é um pareamento de forma e de significado. A construção é qualquer elemento formal, independentemente do tamanho, que se associe a algum significado, função pragmática ou estrutura informacional. Como consequência, a língua é vista como um “conjunto de construções específicas e hierarquizadas que, interconectadas, compõem uma ampla rede, na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas se encontram integradas” (ROSÁRIO; OLIVEIRA, inédito).

A construção não é o uso. Ela é um padrão para o uso, que é instanciado no uso da língua. As múltiplas construções existentes na língua são cognitivamente armazenadas e utilizadas conforme as necessidades comunicativas dos usuários e estão correlacionadas aos contextos de uso. Por isso, os significados são construídos no momento do uso a partir da fusão entre forma e sentido. Para Goldberg (1995), há uma distinção entre construções lexicais e construções sintáticas, que reside no nível de complexidade interna de cada uma delas.

A figura 2 é uma representação da construção, uma visão esquemática de uma construção proposta por Croft (2001, p.18), denominada pelo autor de *A estrutura simbólica de uma construção*.

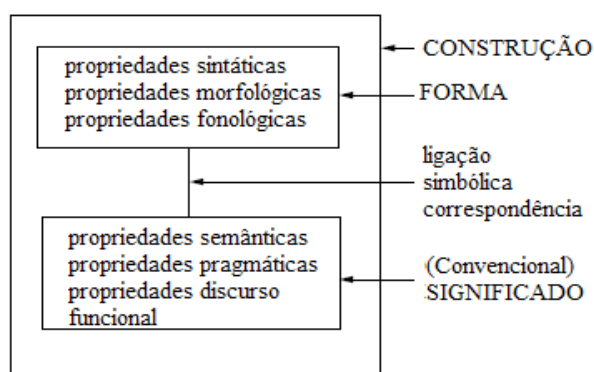


Figura 2 - Modelo da estrutura simbólica na Gramática de Construções Radical (Fonte: Croft, 2001, p. 18)

Segundo a figura 2, a construção é uma junção de forma e significado, de maneira que não há primazia de um sobre o outro. O vínculo simbólico existente entre a forma e o significado é de fato o mais relevante para se compreender as relações de representação e significação nas línguas. Esse vínculo pressupõe uma correspondência de traços sintáticos e semântico-discursivos.

A proposta de estrutura construcional simbólica, de Croft (2001), ressalta a importância atribuída tanto ao contexto interno quanto ao contexto circunstancial. Oliveira (2015, p. 24) se pronuncia a esse respeito, explicando que o contexto deve ser “considerado em dupla e correlacionada dimensão – contexto de forma (fonética, morfologia e sintaxe) e contexto de sentido (semântica, pragmática e discurso)”. Para a autora, as duas dimensões motivam os usos linguísticos e são motivadas por eles. Portanto, essas dimensões são relevantes para que se possa entender uma construção instanciada durante um uso efetivo da língua.

Considerando que a gramática não é vista a partir da rígida divisão entre léxico e gramática, o tamanho da construção é variável. A esse respeito, Martelotta (2011, p. 85) explica que

a noção de construção cobre uma variedade de unidades linguísticas, distribuindo-se num *continuum* que engloba desde morfemas simples, passando por palavras multimorfêmicas, expressões idiomáticas, sintagmas fixos com significado composicional, até padrões sintáticos abstratos.

Segundo as propostas de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), a construção é um esquema simbólico, a partir do qual são instanciados os componentes gramaticais. Ela é um esquema porque é abstrata e também porque na sua configuração estão envolvidos fatores do nível linguístico (sintático, semântico e conceitual) e também do nível não linguístico (contexto e conceptualização). Isso porque o mundo não é percebido por meio de palavras isoladas, mas sim por uma rede de ligações entre partes que fazem sentido conjuntamente.

Goldberg (2006) considera que o modelo de construções permite que a língua seja observada tanto a partir de **generalizações amplas** quanto de **padrões específicos**. As estruturas conceptuais são universais, porém as construções são específicas de cada língua, haja vista que a ligação simbólica entre a forma e o significado é interna à construção. Para a autora, a língua, e por consequência as construções, são aprendidas/construídas tendo como base o *input*, a cognição geral, a pragmática e os processos de restrição.

A transitividade de uma oração organizada na voz reflexiva pode ser associada, então, a uma generalização ampla, relativa aos grandes esquemas disponíveis na língua, assim como o é a relação sujeito-objeto, e equivale parcialmente ao que Traugott e Trousdale (2013) denominam esquema ou macroconstrução. Nesse sentido, a reflexividade é um esquema elaborado a partir dessas macroconstruções, podendo assumir padrões específicos, conforme as línguas e as circunstâncias contextuais.

Esses autores distinguem as construções quanto ao tamanho em construções de micronível e de nível-esquemático. O nível esquemático funciona como uma grade que pode ser preenchida, cada compartimento é chamado de *slot*. Um exemplo de uma construção no nível esquemático, em português, seria *quanto mais ( ) mais ( )*. Os *slots* podem ser preenchidos na interação conforme as necessidades comunicativas, como em: *quanto mais rico mais humilde, quanto mais ganha mais gasta*. Outro exemplo é a construção **V dar Adj** (verbo *dar* flexionado + adjetivo), instanciada pelos construtos *deu certo, deu errado* e, em usos mais inovadores, é possível conferir *deu bom* e *deu ruim*.

Assim, retomando-se as considerações de Goldberg (2006) e de Traugott e Trousdale (2013), a voz reflexiva prototípica no PB (VRM) pode ser representada genericamente pela construção [SN VSP] e cada uma dessas partes (sujeito, verbo, objeto pronominal) são *slots* a serem preenchidos. Quanto às diferenças entre a construção da reflexividade e a construção *quanto mais ( ) mais ( )*, por exemplo, tem-se que, nesta, alguns itens lexicais quantificadores (*quanto* e *mais*) já são

cristalizados, variando apenas os verbos que preenchem os *slots*, enquanto a construção reflexiva prototípica é totalmente esquemática, abstrata e virtual. Nesta, não estão fixados itens linguísticos, ela está no plano de uma construção de relações sintáticas, de acordo com a definição de construção de Goldberg (1995).

Goldberg (1995; 2006) denomina a organização das sentenças como **formas de superfície** (Suj. V. Obj.). A partir da semântica e das relações estabelecidas pelo verbo na oração, “diferentes formas de superfície são tipicamente associadas com semântica superficialmente diferente e/ou com funções discursivas.” (GOLDBERG, 2006, p. 9). Para a autora, as construções podem ser morfemas, palavras, sintagmas e sentenças. As sentenças básicas instanciam construções que codificam sentidos básicos em uma cena da experiência humana.

Uma transferência, por exemplo, é uma cena da experiência humana que pode ser representada pela forma de superfície Suj. V. Obj.1 Obj.2. Essa forma instancia uma construção bitransitiva, a qual requer que o argumento objeto seja [+ animado] e capaz de receber o item transferido. A autora representa com a seguinte figura uma construção dessa natureza, que ela denomina detransitiva:

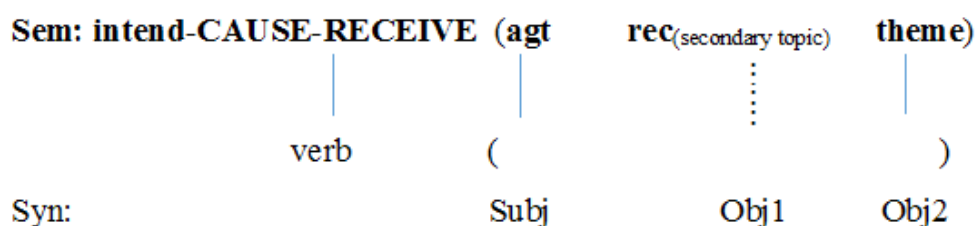


Figura 3. Construção detransitiva (Fonte: Goldberg, 2006, p. 20).

A construção é estruturada a partir da semântica do verbo e da natureza da experiência humana que ele descreve. A construção envolve, portanto, tudo que pode ser visualizado na figura, e a forma de superfície é a organização sintática. A autora considera o papel semântico do verbo fundamental para a construção detransitiva. É a natureza da “intenção de causar e receber” que leva à detransitividade. Nessa configuração, o rec-Obj1 é considerado secundário porque não faz, originalmente, parte dos argumentos da construção básica (Suj. e Obj). Ele é requisitado como um argumento próprio do verbo e, por isso, integra a construção.

Goldberg (1995) identifica o Obj2 da construção detransitiva como paciente e o Obj1 como receptor, a fim de ratificar que o Obj2 é primariamente requisitado na construção e que é integrado pelo significado inerente ao verbo. Ela explica que “as linhas tracejadas indicam que o papel argumento da construção pode estar contribuindo para a construção sem um papel correspondente existente como parte do significado verbal inerente. Isto é, um papel participante correspondente do verbo pode existir, mas não necessariamente” (GOLDBERG, 2006 p. 21).

7                          Cf. trecho original: “Different surface forms are typically associated with slightly different semantic and/or discourse functions”.  
 8                          Cf. trecho original: “Dashed lines indicate that the argument role of the construction may be contributed by the construction without a corresponding role existing as part of the inherent verbal meaning. That is, a corresponding participant role of the verb may exist, but need not”.

Cada construção é propícia para a semântica do verbo, e, de igual modo, o significado do verbo colabora para a semântica da construção. Os significados se completam. O verbo propõe uma moldura de cena que define os papéis temáticos e as funções argumentais dos participantes da construção (agente, paciente, alvo).

Goldberg (1995) pondera que, em uma abordagem construcional, a construção é responsável, a partir de suas organizações particulares, por diferenças sistemáticas no sentido de um mesmo verbo empregado em diferentes construções, isto é, o significado é obtido pela integração dos termos na sentença e os papéis que eles desempenham.

Esses papéis, que a autora chama de **papéis perfilados**, designam as relações gramaticais (sujeito, objeto direto, objeto indireto). Ela esclarece ainda que em alguns momentos, sob condições cognitivas específicas, alguns dos papéis perfilados podem não ser expressos na sentença.

Em resumo, a cognição linguística é contínua aos demais sistemas cognitivos. A linguagem não é autônoma e esses outros sistemas nela interferem, fazendo que a gramática se constitua como uma rede de construções que integra a forma e o significado, conferindo uma continuidade básica entre sintaxe e léxico, sustentada pelo uso.

Correlacionando-se essa perspectiva da sintaxe ao fenômeno em análise, a transitividade é uma construção mais esquemática e mais geral; a voz reflexiva prototípica marcada, representada pela construção [SN VSP], é um subesquema que instancia a construção da transitividade, e a voz reflexiva prototípica não marcada, representada pela construção [SN V ø], é um microesquema (*type*).

E mais, associando-se a proposta de Goldberg (1995) sobre os papéis perfilados com o estudo da voz reflexiva, compreende-se que a mesma exigência argumental do verbo *dar* não ocorreria para um outro verbo como *cortar*, por exemplo. Este verbo perfila dois argumentos, um agente e outro alvo do processo verbal, como em:

- (11) a) O menino **cortou** o pão.  
b) O menino **cortou** o dedo.  
c) O menino **cortou-se**.

Em qualquer uma das três sentenças em (11) é possível obter uma significação geral, pois, embora os objetos pertençam a categorias semânticas diferentes, eles cumprem os papéis para os quais foram requeridos: “dedo”, “pão” ou o pronome reflexivo *se* (indicativo da reflexividade verbal) podem ser o alvo do ato de cortar.

A Gramática de Construções pretende compreender a estrutura sintática, além das regras predeterminadas e fixas, que Croft e Cruse (2004) classificam como “regras da sintaxe regular”, as quais não são suficientes para entender sentenças como em (12):

- (12) a) *Spill the beans*.  
b) Abotoar o paletó.  
c) Chutar o pau da barraca.

Essas sentenças atendem à prescrição de uma sintaxe regular (verbo + complementos), mas, considerando apenas a ordem sintática e a seleção argumental, o usuário jamais chegaria ao significado real das sentenças. Os significados somente podem ser construídos quando se leva em conta a dinamicidade da língua, os processos cognitivos e os contextos de uso. Sentenças com em (12) acionam uma realidade extralinguística, são do domínio popular e, em geral, nelas os significados das partes correspondem ao todo significativo. As partes são absolutamente entrincheiradas porque existe entre elas um vínculo muito forte, implicando um olhar conjunto, da forma e do significado. Com isso, entende-se que construção não se limita nem à forma nem ao significado, mas sim ao conjunto dessas interfaces, e que a sua interpretação somente é possível mediante uma visão ampla sobre a língua e sobre os fatores externos ao sistema linguístico.

Para Givón (1989, 2001), a transitividade, uma dimensão do plano oracional, é complexa porque envolve componentes sintáticos e semânticos. Um evento de transitividade prototípica envolve uma relação entre entidades que apresentam os seguintes traços semânticos: **agente** intencional e ativo; **paciente** concreto e afetado; **evento** concluído e pontual. A transitividade é gradiente, uma vez que um verbo que descreve um evento potencialmente transitivo pode selecionar argumentos que apresentem ou não esses traços, pode ser dito mais ou menos transitivo. Essa gradualidade obviamente decorre de fatores pragmáticos e discursivos.

O verbo *cortar*, por sua natureza semântica, é produtivo para descrever eventos prototipicamente transitivos, entretanto, o fato de que uma mesma forma verbal descrever diferentes estados de coisas faz que esse verbo perca transitividade, o que pode ser evidenciado pela ausência do clítico em função reflexiva, como em (13).

(13) Essa no braço foi quando... ah essa aqui foi uma vez qu/**eu cortei** foi no... no vidro do do fogão... essa ai eu já tava bem véi... já tava casado... foi um problema que teve lá em casa lá e eu como se diz tinha tomado um gole peguei caí... (FG, Inq. 3)

O verbo *cortar*, assim como outros desse mesmo campo semântico, como *machucar*, *ferir*, *queimar*, podem descrever ações que implicam diferentes papéis e categorias aos argumentos envolvidos, que não se limitam somente ao grau de agentividade do sujeito ou de afetamento do objeto.

Para Hopper e Thompson (1980), o traço [+hum] do paciente<sup>9</sup> é extremamente relevante para a distinção dos diferentes graus de transitividade de uma mesma forma verbal. Segundo esse postulado, o verbo *cortar* pode descrever ações prototipicamente transitivas quando o sujeito é intencional e os

<sup>9</sup> O traço [+humano] do paciente é importante e necessário para distinguir voz ativa e voz reflexiva. Ele faz que a transitividade se mostre mais saliente em relação à voz reflexiva prototípica e não em relação à transitividade de modo geral. Além disso, esse traço pode facilitar a percepção de que ações que são sempre destinadas a humano, quando são feitas em favor do próprio sujeito, criam uma contra expectativa que aumenta a saliência cognitiva de marcação pronominal.

argumentos são entidades diferentes: sujeito agente [+ hum], [+cont], [-afet], intencional; e o objeto paciente [+ - hum], [+afet], registrando uma mudança física; o verbo é de ação, [+tel], perfectivo e pontual. A seguir, exemplos de orações cujos verbos apresentam essa configuração:

(14)

(a) *Ele cortou o bolo em duas partes.*

(b) *Ele cortou o inimigo com a faca.*

Por outro lado, cabe analisar uma oração com as mesmas características sintáticas de (a) e (b):

(c) *Ele cortou o cabelo para ir à festa.*

Na oração (c), diferentemente do que ocorre em (a) e (b), o sujeito é [+ humano], não agente, intencional, não ativo (é parcialmente paciente ou processado); o objeto é [- humano], afetado, e o verbo registra uma mudança física no objeto, é de ação, perfectivo e pontual. A transitividade, como a relação que parte do sujeito e se efetiva no objeto, não é plena nessa oração, haja vista que o sujeito, assim como o objeto, são alvos de uma ação de motivação agentiva (uma força<sup>10</sup>) externa, cuja representação linguística não é relevante para os efeitos comunicativos. Em uma oração como a que se mostrou em (c), o importante é a informação de que *alguém teve o seu cabelo cortado*.

Logo, a diferença entre essas reside no tipo de comportamento do sujeito no processo verbal e na informação sobre a força motivadora da ação, que é conhecida em (a), (b) e não em (c). Isso faz que (a) e (b) possam ser categorizadas como ativas prototípicas e (c), ainda que seja categorizada como ativa, em função da ausência de traços no sujeito, não pode ser representativa de uma ativa prototípica em decorrência de sua detransitividade.

Também é possível reconhecer diferenças entre os padrões de transitividade em (d) e (e), a seguir:

d) *Ele cortou o dedo no copo quebrado.*

e) *Ele queria se matar, mas apenas cortou a si mesmo.*

Nessas orações, a transitividade é alta. Em (d), o sujeito é [+ humano], [- agente], [- intenc], [-ativo], [+ paciente], [+afetado]; o objeto é [+ humano], [+afetado], [+paciente e registra uma mudança física; o verbo é de ação, e descreve um evento perfectivo e pontual. Em (d), a ação não parte do sujeito, ao contrário, apresenta causa e força externas às relações da predicação básica, e, por isso, diferente de (c), essa força é expressa na oração em proveito dos interesses comunicativos, pois o afetamento ocorre de maneira pontual no objeto, mas o sujeito também é afetado.

10 Dik (1997) diz que a força (Fo) deve ser atribuída a uma entidade agentiva não controladora, que incita o processo, porém para os efeitos da proposta de *continuum* gradual de transitividade, como a noção de agentividade é mais atribuída ao humano e a força, prioritariamente, a efeitos da natureza. A ideia de força é melhor explicada conforme Ilari e Basso (2008), para quem a força é “causa” e “causador” do processo. Portanto, entenda-se que força aqui está sendo concebida como o motivador do processo, independente dos traços [+agentivo] ou [+humano].

Em (e), o entorno oracional explicita informações sobre a intencionalidade do sujeito ao praticar a ação e essa informação muda o seu *status* em relação ao sujeito de (d), por exemplo, que apenas sofre os efeitos da ação. Em (e), o sujeito é [+ humano], agente, intencional, [+ativo], mas também paciente<sup>11</sup>; o objeto é [+ humano], afetado, paciente, registra uma mudança física; o verbo permanece de ação, perfectivo e pontual. Essa mudança de *status* do sujeito e, também do paciente, em certa medida, “impõe”, ou torna mais saliente, a necessidade de informações sobre o objeto, que é também o próprio sujeito. A informação é expressa por *a si mesmo*, e poderia, sem nenhum prejuízo comunicativo, ser expressa pelo clítico reflexivo *se*.

De (a) a (e) há situações que, em relação à natureza do evento descrito e à percepção cognitiva desse evento, podem ser resumidas como:

i. **os objetos** *bolo* e *inimigo* – **entidades diferentes** do sujeito, pacientes e afetadas, sofrem ações que partem de sujeitos agentes, intencionais, ativos, motivadores e controladores da ação.

ii. **os objetos** *cabelo* e *dedo* – **entidades parcialmente correferentes** ao sujeito (porque o integram), pacientes, sofrem ações que não partem do sujeito, cuja motivação e força são conhecidas ou não.

iii. **o objeto** *a si mesmo* – **entidade correferente** ao sujeito, paciente e afetado pela ação intencional do sujeito, motivação e força são conhecidas.

A diferença no tipo de participação do sujeito e do objeto no evento faz que a saliência das entidades envolvidas seja apresentada de maneira diferente em cada uma das orações: em (i) *cabelo* e *dedo* são codificados porque foram requeridos pela predicação e por motivações discursivo-pragmática. Se eles fossem omitidos da oração, ainda que como partes integrantes do sujeito, certamente o foco da informação seria comprometido. O objetivo era especificar, de modo pontual, o que foi cortado. A ausência desses objetos implicaria a centralidade da ação no sujeito – redução de transitividade –, mas comprometeria o conteúdo informacional. A necessidade de marcação do objeto resulta em transitividade mais alta, tornando pouco provável a omissão do objeto, sobretudo no caso de *cabelo*.

Se o objeto fosse retirado da oração, a ação ficaria centrada no sujeito, haveria uma redução de transitividade, como se a ação tão somente se passasse no sujeito por motivações externas ao evento. A cena enunciativa estaria centralizada no próprio sujeito, de quem seria informado apenas o seu estado de afetamento, como em *sofreu um corte, foi cortado*. Nestas duas orações, não existe o traço de intencionalidade/motivação ou força, que, em verbos como *cortar*, assinala a partida e retorno da ação para o sujeito.

A possibilidade de o goiano considerar equivalentes construções como *Ele cortou* (de valor reflexivo) e *Ele foi cortado* (de valor passivo), ambas detransitivas devido à não realização do argumento 2,

11 Discute-se de longa data a problemática de que em alguns verbos o sujeito assume forma ativa, mas a atitude é de passividade em relação ao processo descrito pelo predicado. Said Ali (1965) explicou situações em que nem sempre as formas se harmonizam com as significações dos verbos, notadamente, nos transitivos, e que, com certeza, isso afeta também o sujeito. Seja como for, o fato é que essa “brecha” tem favorecido a imaginação do usuário da língua, possibilitando a emergências de padrões gramaticais inovadores.



pode ser um dos licenciadores do uso de *Ele cortou* em contexto de uso equivalente a *Ele se cortou*, e esse raciocínio é estendido para sua compreensão da constituição dos eventos reflexivos no mundo e, portanto, inexistente nessa compreensão a possibilidade da sobreposição referencial entre agente e paciente, pois o usuário não concebe o sujeito como o agente ou motivador da ação.

Alguém desejar morrer e conseguir apenas cortar o próprio corpo é um estado de coisas completamente diferente de alguém, acidentalmente, cortar o corpo em algum objeto, independentemente de sua ação ou intenção. Ainda assim, essas diferentes cenas humanas são descritas com o verbo *cortar* em sua forma reflexiva (*Ele cortou-se*). Na primeira, o verbo descreve uma ação que pode ser dirigida a outro participante, mas se volta para o próprio sujeito, o que não ocorre na segunda. E, o usuário, como bom gramático intuitivo, entende esse processo.

Se o objeto “pode” ser retirado de (a), (c) e (d), mantendo implícita a informação de que o sujeito é paciente de uma ação que possui motivação externa, a marcação pronominal indicativa da reflexividade em (e) é desnecessária. Até mesmo porque, na maioria das vezes, o contexto oferece outras informações que desfazem qualquer ambiguidade.

A voz reflexiva exige um arranjo funcional complexo e, por isso, a organização da transitividade nesse domínio gramatical demanda esforço cognitivo e, muitas vezes, por processos analógicos, pode e é atualizada por uma sintaxe mais simples, como ocorre na fala goiana.

Já em uma oração como *Ele se beliscou*, o falante goiano distingue os dois participantes com traços [+ humanos] e o envolvimento de cada um desses participantes: agente causador intencional e um paciente afetado. A necessidade do afetado, na oração com o verbo *beliscar*, é explícita, a exemplo do que ocorreu em (05) com o verbo *matar*.

Verbos como *beliscar* e *matar* integram o grupo daqueles que compõem construções reflexivas chamadas por Camacho (2003) de reflexivas inesperadas. Isto é, ações que sempre são feitas em favor de outro (humano) e, quando são feitas em favor do próprio sujeito, se tornam inesperadas, gerando uma quebra de expectativa e, por isso, elas são mais favoráveis de serem pronominalmente marcadas, ou melhor, elas funcionalmente precisam ser marcadas. Já os verbos equivalentes a *cortar* não solicitam objeto com traço unicamente humano (pode-se cortar o queijo, o pão, o vestido etc). Decorre desse raciocínio a consideração de que o objeto de traço [+ humano] é determinante para a marcação ou a não marcação pronominal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a respeito do grau da transitividade com base em traços semânticos dos argumentos envolvidos na predicação teve o objetivo de mostrar que não é o “desconhecimento gramatical” nem uma decisão aleatória do usuário que motiva o apagamento dos clíticos em construções reflexivas. Ocorrências com os verbos *cortar*, *machucar* e *queimar*, por exemplo, descrevem estados de coisas

em que a transitividade tem seus parâmetros reduzidos, favorecendo que a cena enunciativa fique centrada entre o sujeito afetado e o verbo. A força motivadora da ação pode ou não ser mostrada pela situação contextual, mas na constituição oracional não há qualquer dúvida de que o sujeito sintático é também o afetado. E é isso que pode levar ao arranjo sintático com ou sem marcação pronominal.

Num aguçado conhecimento dos aspectos lógicos e cognitivos da representação linguística da reflexividade, Said Ali (1965, p. 177-178) explica magistralmente as distinções significativas da voz reflexiva:

[...] o verbo transitivo acrescido do pronome *se* pode exprimir situações diferentes. Se dissermos por exemplo *Pedro, querendo matar-se, só conseguiu ferir-se*, significarão ambos os infinitivos atos rigorosamente reflexos, atos que, em lugar de se dirigirem para algum ser exterior, seguiram sentido contrário, praticando-os o sujeito sobre si mesmo. Mas nestoutro pensamento, *Pedro, atravessando o jardim, feriu-se nos espinhos das roseiras*, já o ato de ferir não emana do sujeito, e queremos significar apenas que êle ficou ferido. [...] A forma reflexa vem aqui dizer que o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nêle por uma causa qualquer do mundo exterior.

Assim, eventos distintos no mundo podem ter uma mesma representação linguística porque envolvem intencionalidade e força, e, por isso, defendeu-se neste artigo que a percepção dessas diferenças é que pode ser um dos motivos pelos quais o falante goiano diria, e diz, sem o menor problema, e com a maior eficácia comunicativa que *Pedro feriu nos espinhos da roseira*. Soma-se a isso o fato de que o processo reflexivo é denso do ponto de vista cognitivo e, quando, de fato, o usuário goiano precisa descrever uma ação reflexiva, ele a faz por outras possibilidades linguísticas, e usa *ele mesmo*, por exemplo.

O uso frequente de *ele mesmo*, *a si mesmo* na fala goiana pode ser decorrente da baixa frequência de uso da forma clítica pronominal. Em termos de Bybee (2015), essa prática pode favorecer ainda mais o não uso do pronome, uma vez que forças opostas (forma pronominal vs outras construções com valor reflexivo) estão em embate e a forma pronominal é a menos frequente. Para Bybee (2015), uma construção pode ser criada a partir da alta frequência de uma forma e a não frequência também pode enfraquecer uma forma já existente.

## REFERÊNCIAS

BARROS, D. M. (2016). *Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva*

*Construcional*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

\_\_\_\_\_. (2011). *Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo na fala goiana*. Dissertação

de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

BENVENISTE, È. (2005[1966]). *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes.

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2015). *Language change*. Cambridge University Press.

CAMACHO, R. (2000). Construções Passiva e Impessoal: Distinções funcionais. *Alfa*, São Paulo, 44, 215-233.

\_\_\_\_\_. (2002). Construções de voz. In: ABAURRE, B. M.; RODRIGUES, A. C. S. R. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 227-316.

\_\_\_\_\_. (2003). Em defesa da voz média no português. *Delta*, São José do Rio Preto (SP), 19, 91-121.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar*. Syntactic Theory in Typological Perspective. New York: Oxford University Press, USA.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. (2004). *Cognitive linguistics*. New York: Cambridge.

DIK, S. (1997). *The theory of functional grammar*. Part. 2: Complex and Derived Constructions. 2. ed. Revisada. Berlim; New York: Mouton de Gruyter.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (2013). Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. C.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 13-40.

GALVES, C. (1986). A interpretação 'reflexiva' do pronome no Português do Brasil. *Delta*, São Paulo, 2, 249-264.

GIVÓN, T. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

\_\_\_\_\_. (1989). *Mind, code and context: Essays in Pragmatics*. University of Oregon. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Hillsdale, New Jersey London.

\_\_\_\_\_. (1990). *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

\_\_\_\_\_. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

GOLDBERG, A. E. (1995). *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_. (2006). *Construction at Work: The nature of Generalization in Language*. New York: Oxford University Press.

HOPPER J.P.; THOMPSON, S.A. (1980). Transitivity in Grammar and Discourse. *Language: Linguistic Society of America*, 56, 251-299. Disponível em <: <http://www.jstor.org/stable/413757>.> Acesso: 28 mai. 2015.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel. (2008). O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processo de construção*. Campinas: UNICAMP.

KEMMER, S. (1993). *The Middle Voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

LAKOFF, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (2013). Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. C.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 13-40.

MARTELOTTA, M. E. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

NEVES, M. H. M. (2010). Gramaticalização, discursividade e determinações cognitivo-perceptuais. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Gramaticalização em Perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 13 – 26.

ROSÁRIO, M. R.; OLIVEIRA, I. C. (inédito). *Funcionalismo e abordagem construcional da gramática*.

SAID ALI, M. (1965). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

TOMASELLO, M. (2003). *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge/London: Harvard University Press.

TRAUGOTT, E. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of

language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. ECKARDT, R., JÄGER, G., VEENSTRA, T. eds., *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250. Disponível em <: <http://web.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottEckardtProofs.pdf>.> Acesso: 25 abr. 2015.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

**Recebido em 21/10/2016**

**Aceito em 07/11/2016**